

Acervo em	Recebidos em	Baixados em 2.020	Acervo atual
2.026	2.881	3.276	1.525

Por localização

Os processos em tramitação podem estar localizados no gabinete do Relator, nos gabinetes de outros Ministros, em outros setores ou mesmo fora do Tribunal.

Um processo é remetido ao gabinete de Ministro que não seja seu relator quando há pedido de vista; para revisão de ações penais e ações rescisórias; para redação do acórdão, se o Relator for vencido; e para deliberação sobre medida urgente nos períodos de recesso e férias e em casos de vacância, licença ou ausência do Relator, nos termos regimentais.

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO GILMAR MENDES	889
ADVOGADOS	3
ÓRGÃOS EXTERNOS	100
SETORES INTERNOS	533
Soma:	1.525

Observação: os processos localizados nos setores internos aguardam providências cartorárias: publicação, intimação, decurso de prazo, trânsito e baixa.

Processos de outros Relatores localizados no Gabinete	Qtd.
GABINETE MINISTRO GILMAR MENDES	141

Produção

A decisão final é o ato que põe termo ao processo, ainda que não chegue a analisar o mérito (ex.: não conhecimento, prejudicialidade, homologação de desistência, declinação de competência, etc.). Por essa razão é o principal marco da tramitação processual.

No curso do processo são proferidos, também, decisões interlocutórias e despachos.

As decisões interlocutórias resolvem questões incidentais (pedidos cautelares, de extensão, de intervenção de terceiros, etc.) ou determinam o sobrestamento da causa até que se realize determinada condição, como o julgamento de outro processo.

Os despachos, por fim, servem para dar impulso ao processo (ex.: pedido de informações a autoridades ou a outros juízos, encaminhamento à PGR para parecer, determinação de citação, intimação ou outras diligências) e não são recorríveis.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Decisão em recurso interno		72	161	113	175	91	1	161	53	102

	11	12	Soma:
Decisão em recurso interno	80		1.009

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Decisão Final	3	514	428	349	293	276	12	433	288	296
Decisão Interlocutória	2	18	19	33	32	26	2	51	29	12
Decisão Liminar	2	18	24	33	30	40	8	51	48	44
Decisão Rep. Geral		1	1		2	2		1		
Decisão Sobrestamento		1				2				
Soma:	7	624	633	528	532	437	23	697	418	454

Acervo atual

O acervo processual de cada Ministro é composto pelos processos que recebeu do Ministro cuja vaga ocupou - que se encontram em diversas fases de tramitação - e por feitos novos, distribuídos após sua posse.

No acervo há feitos pendentes de decisão final e processos que já tiveram decisão final mas aguardam apreciação de recurso (agravo regimental, embargos de declaração, embargos de divergência e embargos infringentes), de outro pedido incidental, liberação de decisão ou acórdão para publicação, decurso de prazo processual, realização de comunicações ou outras providências.

Acervo atual	Eletrônico	Físico	Soma:
Originária	979	61	1.040
Recursal	473	12	485
Soma:	1.452	73	1.525

Por classe

As classes processuais são divididas, no STF, entre recursais e originárias. São classes recursais o recurso extraordinário (RE), o recurso extraordinário com agravo (ARE) e o agravo de instrumento (AI). São classes originárias todas as demais, incluídos os recursos ordinários.

Classes recursais	Qtd.
AI	6
ARE	286
RE	193
Soma:	485

Controle concentrado	Qtd.
ADC	4

Classes criminais originárias	Qtd.
AP	5
Ext	12
HC	304
Inq	14
PPE	6
RHC	56
RvC	2

Demais originárias	Qtd.
AC	12
ACO	28
AO	3
AR	9
CC	2
MI	3
MS	51

	11	12	Soma:
Decisão Final	343	6	3.241
Decisão Interlocutória	34		258
Decisão Liminar	34	1	333
Decisão Rep. Geral	1		8
Decisão Sobrestamento			3
Soma:	492	7	4.852

Controle concentrado	Qtd.
ADI	150
ADO	1
ADPF	33
Soma:	188

Classes criminais originárias	Qtd.
Soma:	399

Demais originárias	Qtd.
Pet	21
Rcl	315
RMS	9
Soma:	453

Processos em tramitação por ano de autuação

Na tabela abaixo encontramos o acervo total de processos que se encontram em tramitação por ano de autuação. Um processo, quando aporta pela primeira vez no Tribunal, é objeto de registro denominado autuação. São autuados tanto os feitos ajuizados diretamente no STF e aqueles advindos de outros juízos e tribunais, na forma de recurso. No caso dos recursos, a data de autuação corresponde à data de seu recebimento pelo STF, independentemente da data de ajuizamento da ação principal.

Ano de Autuação	Originária	Recursal	Soma:
2.020	689	242	931
2.019	101	94	195
2.018	52	41	93
2.017	38	25	63
2.016	11	19	30
2.015	23	10	33
2.014	11	7	18
2.013	16	4	20
2.012	13	6	19
2.011	11	9	20
2.010	18	4	22
2.009	5	2	7
2.008	7	6	13
2.007	10	7	17
2.006	7	3	10
2.005	11	1	12
2.004	6	1	7
2.003	7	1	8

2.002	1		1
2.001	1	2	3
2.000		1	1
1.998	1		1
1.990	1		1
Soma:	1.040	485	1.525

Indicadores do Planejamento Estratégico STF Rumo a 2020

Tema: Prestação Jurisdicional

Indicador de Congestionamento – ICNG:

Mede a produtividade do Tribunal em relação à carga de trabalho total, que compreende não só os processos recebidos, mas também aqueles que tramitavam no início do período avaliado (acervo inicial).
Meta: manter o índice de congestionamento de processos em até 39% até 2020.

META ICNG 2.020: ≤ 39%	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2.020	34,29%	42,92%

Indicador de Trâmite Processual – ITPR:

Revela a média aritmética entre o tempo de tramitação dos processos em estoque e o tempo dos processos baixados no período de análise.
Meta: manter o tempo médio de tramitação em até 519 dias até 2020.

META ITPR 2.020: ≤ 519	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2020	312,86	490,84

Indicador de Processos Antigos - IPA:

Mede a relação entre o número de processos com mais de cinco anos de autuação e o acervo.
Meta: diminuir progressivamente o acervo de processos com mais de cinco anos de ingresso no Tribunal para, no máximo, 15% do total até 2020.
Meta 2018: 16,60% / Meta 2019: 15,80% / Meta 2020: 15,00%

META IPA 2.020: ≤ 15%	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2.020	11,28%	13,77%

Para detalhes sobre os indicadores, ver [Planejamento Estratégico STF Rumo a 2020](#).

Observação:

O critério utilizado para o cálculo dos indicadores do Planejamento Estratégico considera a data de autuação dos processos, inclusive para aqueles que tiveram redistribuição ou substituição de relatoria.

Por situação

A decisão final é o ato que põe termo ao processo, ainda que não chegue a analisar o mérito (ex.: não conhecimento, prejudicialidade, homologação de desistência, declinação de competência, etc.). Por essa razão é o principal marco da tramitação processual.

		Qtd.	Soma
Sem decisão final	Em instrução (sem decisão)	428	743
	Com alguma decisão (exceto decisão final)	315	
Com decisão final	Com recurso interno pendente	362	782
	Sem recurso interno pendente	420	
Total			1.525

Processos sem decisão final

Em regra, os feitos requerem instrução (reunião de documentos e informações complementares, manifestação do Procurador-Geral da República ou outras diligências) para que se tornem aptos para julgamento.

Em instrução (sem decisão)

Compreende processos que tiveram movimentação como pedido de informações, determinação de diligência, vista à PGR, agendamento para julgamento colegiado e suspensão do julgamento por pedido de vista.

Em mesa/pauta	17
----------------------	-----------

Com pedido de vista	
----------------------------	--

Recurso interno pendente*	1
----------------------------------	----------

*Ainda que os despachos sejam irrecorríveis, pode haver interposição de recurso interno, que deverá ser apreciado e submetido a julgamento.

Demais situações	410
-------------------------	------------

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO GILMAR MENDES	334
ÓRGÃOS EXTERNOS	46
SETORES INTERNOS	48
Soma:	428

Com alguma decisão (exceto decisão final)

Compreende processos que tiveram decisões interlocutórias, liminares, de sobrestamento e em recurso interno proferidas antes da decisão final.

Sobrestado	1
-------------------	----------

Em mesa/pauta	49
----------------------	-----------

Com pedido de vista	5
----------------------------	----------

Acórdão pendente de publicação	4
---------------------------------------	----------

Recurso interno pendente	48
---------------------------------	-----------

Demais situações	222
-------------------------	------------

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO GILMAR MENDES	170
ADVOGADOS	1
ÓRGÃOS EXTERNOS	34
SETORES INTERNOS	110
Soma:	315

Processos com decisão final

A decisão final não marca o fim da tramitação processual, que só ocorre com a baixa, momento em que se encerram todas as atividades – jurisdicionais e cartorárias – no processo.

Após a decisão final, são necessárias providências complementares, como a publicação da decisão ou acórdão, a expedição de comunicações e a contagem do prazo processual.

Se não houver recurso, ocorrerá o trânsito em julgado da decisão e, subsequentemente, a baixa do processo ao arquivo ou à origem.

Se, no entanto, for apresentado recurso interno ou outro pedido incidental, o processo será encaminhado ao Relator para apreciação.

Com recurso interno pendente

São recursos internos o agravo regimental, os embargos de declaração, os embargos infringentes e os embargos de divergência.

As partes podem interpor recurso de qualquer decisão e o Tribunal deverá apreciá-lo mesmo que se trate de decisão irrecorrível.

Sem recurso interno pendente

São processos que aguardam a publicação de decisão ou acórdão, a realização de comunicações processuais, o decurso de prazo, o julgamento de outros incidentes ou outras providências.

Sobrestado	3
Em mesa/pauta	84
Com pedido de vista	1
Acórdão pendente de publicação	2
Demais situações	272

Sobrestado	
Em mesa/pauta	15
Com pedido de vista	1
Acórdão pendente de publicação	59
Aguarda providências complementares	346

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO GILMAR MENDES	307
ADVOGADOS	1
ÓRGÃOS EXTERNOS	7
SETORES INTERNOS	47
Soma:	362

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO GILMAR MENDES	78
ADVOGADOS	1
ÓRGÃOS EXTERNOS	13
SETORES INTERNOS	328
Soma:	420

